

Limites de resistência

Sinal de alarme

NADA poderia ocorrer neste instante de tão significativo para demonstrar os limites extremos de resistência do endividamento externo dos países em desenvolvimento do que a posição de inconformismo e protesto assumida solidariamente pelo Brasil, México, Argentina e Colômbia contra a escalada das medidas protecionistas e das taxas de juros praticadas nos países desenvolvidos e credores.

O DOCUMENTO conjunto, a nível presidencial, converte em atitude de exigência e cobrança o que até aqui permanecia, basicamente, na linha da resignação. Os quatro países já "não aceitam ser acuados a uma situação de insolvência forçada e de paralisia econômica", por conta dos artifícios e da insensibilidade do interesse financeiro internacional. Não aceitam a interminável expiação de responsabilidades que, em grande parte, pertencem à incidência de pressões exógenas incontroláveis, vale dizer, aquelas produzidas por desequilíbrios e choques verificados no próprio mundo industrializado.

NÃO SE TRATA de uma manobra caloteira, de uma frente comum destinada a preparar caminho para algo nos moldes da declaração unilateral de moratória. Os signatários do documento deixam bem claro que os países endividados desejam cumprir seus compromissos, correspondendo

assim à confiança da comunidade bancária mundial e ao imperativo de se conservarem confiáveis. Apenas querem novas condições razoáveis de amortização e de juros, sob as quais possam de fato resgatar os débitos, sobretudo por terem dessa maneira devolvida a sua capacidade de crescimento econômico e de produção de divisas. Se os credores entenderem que aos devedores só resta conviver com a recessão prolongada, com a perda do potencial de exportação, com a rarefação de investimentos estrangeiros etc., então deverão estar preparados para as perspectivas de perda considerável dos seus empréstimos.

A SUSPENSÃO do fluxo de recursos externos para o Terceiro Mundo certamente inviabiliza, na maioria dos casos, a libertação desses povos do fatalismo da pobreza ou do atraso social e tecnológico. Também coloca em risco a conversão ou a evolução democrática das nações pobres, deixando-as à mercê de movimentos revolucionários de toda índole e da guerra civil. Esses resultados por acaso convêm aos nossos ricos parceiros que por sua vez precisam continuar emprestando, investindo, exportando? A quem há de interessar a falência maciça e irremediável do Terceiro Mundo?

O SISTEMA de juros flutuantes ao qual os países devedores se acham condenados revela-se de absoluta iniquidade. A dívida

transforma-se numa incógnita, causa de elevação das taxas de juros destruindo penosas montagens de ajustamento da economia interna e dificultando o ingresso de capitais de risco. Salta aos olhos que tais critérios terão que sofrer reformulação urgente, primeiro para permitir a simples amortização dos débitos e em segundo lugar para restituir ao conceito da dívida externa características de procedimento normal e civilizado.

O SINAL de alarme que parte do Brasil, do México, da Argentina e da Colômbia já encontra, felizmente, um clima de receptividade e de compreensão bem melhor do que o vigente meses atrás. Entre as autoridades financeiras e os banqueiros mundiais vai ganhando corpo a consciência da necessidade de mudança nas regras do jogo. Hipóteses e propostas de renegociação da dívida em termos mais suaves, mesmo implicando certa dose de prejuízo irreversível da parte credora, passaram a freqüentar também a linguagem de vários daqueles que antes se aterrorizavam a colocações rígidas e irrealistas.

TUDO leva a crer que se estabelecerá afinal um espaço de entendimento e reequilíbrio na parceria desigual das finanças e do comércio internacionais. Lá porém não chegaríamos sem iniciativas e reações coordenadas como as que acabam de tomar os Presidentes do Brasil, do México, da Argentina e da Colômbia.